



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

MANOELA VENTURA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA
NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

MANOELA VENTURA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA
NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Ferreira Vasconcelos.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

O48i

Oliveira, Manoela Ventura.

A importância do ensino da literatura afro-brasileira na formação da identidade negra / Manoela Ventura Oliveira. - 2021.

31 f.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vania Maria Ferreira Vasconcelos.

1. Literatura - Estudo e ensino. 2. Negros - Brasil - Literatura. 3. Negros - Identidade racial. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 869.09007

MANOELA VENTURA OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA
NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em 12/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Ferreira Vasconcelos (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Claudilene Maria da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Mírian Sumica Carneiro Reis

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus, dono de toda ciência e sabedoria, por ter me sustentado, protegido e me concedido discernimento em toda a minha jornada. A Ele seja dada a honra e glória por tudo que fez por mim.

Aos meus pais, José Manoel Oliveira e Maria Ventura, por ter me incentivado a estudar e a não desistir do meu sonho de ingressar em uma universidade pública. Obrigada pela confiança e por cada centavo investido em minha educação. Vocês são os alicerces da minha vida!

A minha orientadora Prof. Dra. Vânia Vasconcelos, minha eterna gratidão por ter me proporcionado a “descoberta” do mundo da literatura afro-brasileira. Obrigada pela confiança, dedicação, compreensão com o meu tempo de escrita e, principalmente, por não ter desistido de mim.

As minhas amigas, irmãs e confidentes, Ana Kézia Nascimento e Beatriz Conceição, que eu amo muito. Obrigada pelo apoio, afeto e cumplicidade durante a minha caminhada acadêmica. Mesmo a distância, durante esse último ano de pandemia, vocês foram essenciais para que eu me mantivesse firme.

Aos meus queridos amigos, Flávia Janaína e André Juel, pela companhia e incentivo. Obrigada por ter sido a minha família durante esse tempo que eu estive longe daqueles que eu tenho laços sanguíneos.

Aos meus professores, que contribuíram direta e indiretamente na minha formação e na escrita do meu trabalho. Em especial, aos professores da área de Literatura que fizeram o meu amor pelos textos literários soar mais forte.

A UNILAB - Campus do Malês, por ter me proporcionado conhecer diferentes pessoas, culturas, histórias e línguas.

A todos os meus amigos e colegas que estiveram comigo durante esses quatro anos de curso.

A todos e todas, minha sincera gratidão!

RESUMO

O presente trabalho busca compreender a importância da literatura afro-brasileira no processo de formação da identidade negra. Sendo a identidade, uma construção sócio histórico e cultural, a pesquisa propõe-se a analisar também a ocorrência desse processo na sociedade e no âmbito escolar. Para tanto, a pesquisa fundamenta-se sob a luz teórica de BITTAR; BITTAR (2002), CANDIDO (2004), COSSON (2018), CRUZ (2005), GOMES (2002), SOUZA (1983), dentre outros. A partir da pesquisa bibliográfica, constatou-se que, apesar da escola ter sido um local no qual a imagem do branco sempre foi exaltada em detrimento a imagem do negro, ela pode vir a ser um espaço privilegiado para a construção da identidade negra. Portanto, faz-se necessário utilizar novos referenciais que viabilizem uma imagem positiva dos negros. Considerando que a literatura afro-brasileira ressignifica a História oficial e rompe os estereótipos atribuídos aos negros, a pesquisa é importante, pois possibilita uma reflexão sobre a escolha das obras literárias feitas na escola em cumprimento a lei 10.639/2003.

Palavras-chave: Literatura - Estudo e ensino. Negros - Brasil - Literatura. Negros - Identidade racial.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the importance of Afro-Brazilian literature in the process of forming black identity. As identity is a socio-historical and cultural construction, the research proposes to also analyze the occurrence of this process in society and at school. Therefore, the research is based on the theoretical light of BITTAR; BITTAR (2002), CANDIDO (2004), COSSON (2018), CRUZ (2005), GOMES (2002), SOUZA (1983), among others. From the bibliographic research, it was found that although the school was a place where the image of the white was always exalted to the detriment of the image of the black, it can be a privileged space for the construction of the black identity. Therefore, it is necessary to use new references that enable a positive image of blacks. Considering that Afro-Brazilian literature resignifies official history and breaks the stereotypes attributed to blacks, research is extremely important, as it allows a reflection on the choice of literary works made at school and complies with law 10. 639/2003.

Key words: Literature - Study and teaching. Blacks - Brazil - Literature. Blacks - Racial identity.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | A IDENTIDADE NEGRA E A ESCOLA | 11 |
| 2.1 | A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO MEIO SOCIAL | 11 |
| 2.2 | A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO AMBIENTE ESCOLAR | 13 |
| 2.3 | BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA DAS QUESTÕES RACIAIS NAS LEIS EDUCACIONAIS | 15 |
| 3 | LITERATURA E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE | 21 |
| 3.1 | FORMAÇÃO DO LEITOR | 21 |
| 3.2 | A LITERATURA COMO DIREITO E A SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA | 22 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 28 |
| | REFERÊNCIAS | 30 |

1 INTRODUÇÃO

A Literatura possui grande importância no processo de constituição do sujeito, pois ela tem um caráter humanizador (CÂNDIDO, 2004). Por meio dela, valores e saberes são passados para os seus leitores. O crítico literário Antonio Cândido (2004, p.175), afirma que a literatura “tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação” e por isso ela faz parte dos currículos escolares. Partindo dessa concepção, a presente pesquisa limita-se a estudar o ensino da literatura afro-brasileira como um instrumento que auxilia o processo de formação da identidade negra. A literatura afro-brasileira é uma vertente literária que rompe com as narrativas ficcionais de cunho hegemônico, sobretudo de caráter eurocentrado e colonialista, reconstrói a história dos negros no Brasil, reposicionando a cultura e a história negra a partir das vozes de escritoras e escritores negros. Posto isso, a pergunta que norteia a pesquisa é: como a literatura afro-brasileira influencia na construção da identidade negra? A identidade da criança negra irá se constituir a partir da interação social e das referências que ela terá contato. Sendo assim, acredita-se que a literatura afro-brasileira tem grande influência, pois resgata a humanidade dos negros que, por muito tempo, no discurso racista, foi posta em dúvida e constrói uma imagem positiva, diferente de outras literaturas.

A sociedade brasileira acumula profundas desigualdades sociais/raciais em suas bases, agravadas pela rejeição à imagem de pessoas de origens étnico-raciais historicamente discriminadas, tal como negros e indígenas, veiculadas negativamente nas mídias, nas escolas e nas literaturas. Essa realidade impacta diretamente na construção da identidade negra. Portanto, a pesquisa justifica-se, pois, ela possibilita uma reflexão sobre a escolha de obras literárias que são feitas em sala de aula. Escolhas essas que devem romper com os estereótipos negativos atribuídos aos negros e colaborar no processo da construção da identidade negra positiva. Além disso, a pesquisa está em conformidade com a Lei nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

O objetivo geral deste trabalho é compreender como ocorre a formação da identidade negra e como, a partir do ensino da literatura, pode-se colaborar para a dignidade e respeito dessas crianças. Os objetivos específicos são: entender como a identidade negra é construída na sociedade e na escola; analisar as leis educacionais brasileiras para verificar como as questões raciais, especificamente, a da população

negra, são tratadas; analisar a construção da imagem dos negros na literatura.

Para contemplar os objetivos foi utilizado o método de análise bibliográfica. Assim, concepções e reflexões elaboradas por Bittar; Bittar (2012), Cavalleiro (2007), Cosson (2018), Domingues (2017, 2018), Gomes (2002), Oliveira (2018) e Souza (1983), foram fundamentais para embasar a presente pesquisa.

O trabalho, então, foi dividido em três capítulos: A introdução que delimita o tema, o problemas, hipótese e objetivos da pesquisa. O segundo capítulo, A identidade negra e a escola, que foi dividido em três seções, sendo que no primeiro é feito um resgate histórico sobre o processo de colonização e o seu impacto na construção da identidade negra. A segunda seção busca compreender como as questões raciais são tratadas em sala de aula. E na terceira seção, é feita uma análise sobre as leis educacionais e a contribuição do Movimento Negro para a implantação da 10.639/03.

Já o terceiro capítulo, Literatura e Identidade Negra, apresenta no primeiro subcapítulo uma reflexão sobre a formação de leitores. E, por fim, é feita uma análise sobre a representação dos personagens negros nas literaturas, bem como, a defesa da literatura afro-brasileira como um instrumento para (re) construir a identidade negra.

2 A IDENTIDADE NEGRA E A ESCOLA

2.1 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO MEIO SOCIAL

A identidade social é uma construção simbólica que se constitui a partir da relação com o outro em diferentes contextos. Segundo Silva (2002):

Um dos elementos mais importantes no processo de constituição social do sujeito é a identidade. Ela não é inata, se constrói em determinado contexto histórico e cultural, e está relacionada aos referenciais coletivos de inserção a um grupo, aos usos sociais das formas de reconhecimento e aos processos culturais de construção de representações simbólicas. (Silva, 2002, p. 60)

Nesse sentido, para discutir o processo de formação da identidade negra, é necessário compreender as consequências do período colonial sobre a vida dos negros em relação à construção da sua emocionalidade. Estima-se que entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 4 milhões de homens, mulheres e crianças africanas foram traficados para o Brasil a fim de suprir a carência de mão-de-obra (IBGE, 2000). Ao serem aprisionados no continente africano, os escravizados foram transportados em porões de navios negreiros acorrentados e em situação desumana. Os porões eram escuros, sem ventilação e o espaço era pequeno para a quantidade de pessoas que eram amontoadas pelos traficantes. Aqueles que conseguiam sobreviver, ao chegarem ao Brasil, eram comercializados e forçados a trabalhar sem remuneração em trabalhos braçais. A condição de vida dos escravizados no país era precária, eles dormiam nas senzalas e tinham uma alimentação inadequada e insuficiente. Para evitar que ocorressem revoltas e fugas, os senhores de engenhos utilizavam-se da violência física e psicológica, cotidianamente, para impor medo aos negros escravizados. Durante o período escravocrata, através de séculos de sequestros e subjugação, no qual, se tentou tirar dessas pessoas a cultura, a história e a identidade, construiu-se a ideia de que os negros eram inferiores e submissos. Entretanto, é importante destacar que a escravização nunca foi aceita de forma passiva por aqueles que estavam sendo escravizados, uma vez que eles buscavam resistir de diversas formas, seja por meio de fugas, criação de quilombos e rebeliões em prol de melhores condições de trabalho ou em favor da

liberdade como, por exemplo, a Revolta dos Malês¹ que aconteceu na cidade de Salvador, Bahia, em 1835.

Após a abolição da escravatura, em 1888, os negros continuaram na base da pirâmide social, isso porque, no Brasil não foram implementadas políticas de integração das vítimas do regime à condição de cidadãos. Como, por exemplo, o acesso à escolaridade, profissionalização ou mesmo doação de terras para o cultivo, como o estado brasileiro proporcionou aos imigrantes europeus. Relegados à margem da sociedade, em trabalhos subalternos e mal remunerados, o negro, para alcançar a ascensão social ou pelo menos ser aceito em sociedade, via-se obrigado a conceber o branco como modelo de identidade. (SOUZA, 1983, p. 19)

Neusa Santos Souza (1958-2008), psicóloga e psicanalista negra, em seu livro **Tornar-se negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social (1983)** diz que:

É preciso que haja um modelo a partir do qual o indivíduo possa se constituir – um modelo ideal, perfeito ou quase. Um modelo que recupere o narcisismo original perdido, ainda que seja através de uma mediação: a idealização dos pais, substitutos e ideais coletivos. Esse modelo é o Ideal do Ego. (SOUZA, 1983, p. 33)

O negro foi inserido em uma sociedade na qual tudo que está ligado ao branco ou vem dele é valorizado. Dessa forma, a estética, a religião, o conhecimento e a história de origem branca e ocidental são considerados universais, o modelo ideal a ser seguido. Ao mesmo tempo, tudo aquilo que está ligado ao negro é feio, ruim, demonizado e irracional. Nesse conflito, entram em jogo as estratégias, frutos do racismo, de apagamento da identidade negra. Em primeiro lugar tem-se a estereotipação, isso é, são utilizadas expressões que objetificam, desprezam, desqualificam e desumanizam, como “corpo de mulata”, “nega do cabelo duro”, “da cor do pecado”, “tição”, “macaco”, “crioulo”, “exótica”, “negão”, “preto correndo é ladrão” “preto só serve para trabalhar no pesado”, “preguiçoso”, “burro de carga” entre outros. “Através de imagens depreciativas, os estereótipos **dão origem ao estigma** que, imputados no indivíduo negro, dificultam e/ou impossibilitam sua convivência e aceitação na vida social cotidiana” (SILVA, 2002, p. 58, **grifo da autora**). Além de

¹ Levante organizado por negros africanos adeptos do islamismo. O termo “malê” vem do “imalê”, que significa mulçumano na língua iorubá. O ataque foi planejado para acontecer na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835, mas foram denunciados. Apesar de perderem a luta, a Revolta dos Malês serviu de inspiração para outras revoltas. (Reis, 2003).

fortalecer e manter a ideia de submissão e inferiorização, os estereótipos negativos atribuídos aos negros, são a continuação da violência iniciada na colonização, que viola não só o corpo, mas também a emocionalidade do negro. Souza (1983, p.39), diz que para atingir o Ideal de Ego branco, “a primeira regra básica que ao negro se impõe é a negação, o expurgo de qualquer ‘mancha negra”. Nesse sentido, ele recorre a dois meios: rejeitar a sua negritude e o seu corpo, se submetendo a procedimentos estéticos para modificar os seus traços; e a miscigenação como um meio de dissolver as características raciais da próxima geração. Portanto, através da negação de si, do seu corpo e das suas raízes africanas, o negro busca atingir um Ideal de Ego que é inalcançável – tornar-se branco. Perdendo assim, a sua identidade.

2.2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola reflete os conflitos da sociedade brasileira, que foi construída sobre um viés eurocêntrico e do movimento eugenista², defendidas por grandes intelectuais, como Nina Rodrigues, Monteiro Lobato e Oliveira Vianna. A identidade negra é uma construção sócio histórica e cultural. Em razão disso, entende-se que a escola torna-se um lugar privilegiado para o desenvolvimento da identidade, isto, porque, depois do seio familiar, ela é a primeira e o maior espaço de socialização da maioria das crianças negras brasileiras.

Os educadores e os currículos escolares possuem grande influência no processo de formação identitária das crianças negras, pois eles podem contribuir de forma positiva ou negativa. Segundo a pedagoga e pesquisadora Nilma Nilo Gomes (2002, p. 39), a escola é um “espaço em que aprendemos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, classe e de idade”. Ao longo da história da educação brasileira, esse espaço foi utilizado para reproduzir valores, conhecimentos e padrões estéticos hegemônicos - branca e eurocêntrica. A forma como a questão racial é tratada pelos educadores e pelas leis educacionais interferem no processo de configuração do seu ser. Ao ser inserida no ambiente escolar, a criança negra irá se deparar com pessoas que possuem culturas diferentes e que diferem de sua realidade familiar.

² Movimento defendido por grandes intelectuais e médicos brasileiros no início do século XX. Eles sustentavam a ideia da superioridade racial branca, considerando os negros, os índios e mestiços como os responsáveis do atraso do país. Nesse sentido, foram criadas políticas para branquear a população.

Assim, através da interação social ela construirá sua identidade, uma vez que o “eu” existe através da interpelação do “outro”. (GOMES, 2002).

Eliane Cavalleiro (2007) realizou uma pesquisa em uma escola municipal de educação infantil e sinalizou dois aspectos que ocorrem em relação à questão racial: o silenciamento e a racialização. O silêncio pode ser da parte do professor frente às discriminações e preconceitos realizados em sala de aula, bem como na falta da representação negra nos cartazes, livros e materiais didáticos, invisibilizando a existência das crianças negras na escola e na sociedade. A racialização acontece quando os alunos são referidos por seus professores ou colegas de acordo com as características raciais inscritas no seu corpo. Assim, termos como “aquela moreninha”, “o pretinho”, “o que tem a pele mais escura” são comuns em sala de aula.

Na obra **O grande dilema de um pequeno Jesus (2004)**, de Júlio Emílio Braz, é narrada a história de Felipe que levanta a mão quando a professora questiona em sala de aula quem gostaria de fazer o papel de Jesus na apresentação da Semana Santa. O desejo de Felipe vira chacota, seus colegas riem e a professora fica em silêncio.

– Por que eu não posso ser Jesus?
 – Porque você é negro, Felipe. – disse uma menina de longas tranças douradas. – Você já viu um Jesus negro?
 [...]

 – Mas todo mundo sabe que Jesus era branco...
 Felipe, irritado, virou-se mais uma vez para a professora e perguntou:
 – Sabe?
 A cor fugiu do rosto da professora. Seus olhos se transformaram em dois enormes poços azuis, nos quais, com certeza, ela gostaria de mergulhar para fugir daquela discussão. (BRAZ, 2008, p.12).

Essa história baseada em fato real é a história de milhares de crianças negras que são preteridas nas atividades e festas escolares. São crianças que não se veem representadas na mídia, na literatura e nos livros didáticos. Percebe-se que o preconceito racial já está enraizado nas crianças, pois de imediato surgiu na mente delas: como um negro poderia fazer o papel de uma pessoa considerada importante e “branca”? Pensamento idealizado pela sociedade racista e eurocêntrica. Outra questão importante é a reação da professora, ela fica espantada e sem palavras diante do desejo do Felipe. O silêncio da professora perpetua o preconceito e as ações discriminatórias em sala de aula. Para além do silêncio frente às situações discriminatórias, muitas vezes as questões raciais são reservadas apenas para as

datas comemorativas. E é nesse momento que os negros são retratados de forma negativa e estereotipados. Caso a professora-personagem tivesse a experiência de uma formação contra hegemônica, poderia, por exemplo, trazer para os alunos a realidade histórica do branqueamento de Jesus, pedindo que eles pesquisassem sobre os típicos físicos e etnias da região onde ele nasceu. Júlio Emílio Braz é um escritor que faz parte do grupo ao qual chamamos de “literatura afro-brasileira”, a proposta da sua narrativa é ativar e possibilitar reflexões sobre as relações étnico-raciais no Brasil. No capítulo 2 falaremos mais a respeito dessa literatura.

2.3 BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA DAS QUESTÕES RACIAIS NAS LEIS EDUCACIONAIS

Nas bibliografias do componente curricular sobre a história da educação do Brasil, a presença dos negros na escola só é marcada a partir de meados dos anos 60, após a expansão das escolas públicas. Nesse período, o país passava por grandes mudanças econômicas e políticas, como o Golpe de Estado realizado pelos militares em 1964, que influenciaram diretamente nos planos educacionais.

A consolidação da sociedade urbano-industrial durante o regime militar transformou a escola pública brasileira porque na lógica que presidia o regime era necessário um mínimo de escolaridade para que o País ingressasse na fase do “Brasil potência”, conforme veiculavam slogans da ditadura. Sem escolas isto não seria possível. (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 162)

Nesse sentido, visando impulsionar o desenvolvimento do país através da escolarização, o Governo ampliou o número de vagas nas escolas públicas permitindo assim o acesso da população menos favorecida.

Embora a historiografia da educação brasileira tenha excluído grande parte da trajetória educacional da população negra, há fatos históricos que comprovam a existência de escolas criadas pelos próprios negros, mesmo com a falta de políticas públicas que os contemplasse e com a negação do acesso dos escravizados a educação. Moraes Filho (1975), biógrafo da poetisa e romancista Maria Firmina do Reis, apresenta que em 1849 a escritora já exercia o magistério na cidade do Maranhão, após passar no concurso público para professora de primeiras letras da Vila de São José de Guimarães. Além disso, o autor ainda revela que Maria Firmina

dos Reis teria dado aulas para uma turma mista, antes mesmo da abolição da escravidão. Muitos negros possuíam um interesse em adquirir a escolarização, pois desejavam ser libertos e usufruir a cidadania no período Imperial. (CRUZ, 2005). A exemplo disso, temos o poeta Luiz Gama que aprendeu a ler, escrever e adquiriu conhecimentos jurídicos para provar que era liberto. Além disso, conseguiu judicialmente a liberdade de mais de 500 escravizados.

Segundo o historiador Petrônio Domingues (2007), o novo sistema político surgido, após a abolição da escravidão, não assegurava os direitos dos negros. Eles foram marginalizados política, social, econômica e psicologicamente. Pensando em reverter essa situação, libertos, ex escravizados e descendentes fundaram diversos movimentos para lutar em prol das questões raciais. A partir dos meados do século XX, o Movimento Negro atuou nos processos decisivos da educação nacional, pois as suas reivindicações por melhorias das condições de vida e inserção da população negra nos diferentes espaços sociais, principalmente na escola, estavam presentes nos debates educacionais acerca da democratização e ampliação da escola pública.

Para além do Movimento Negro, as discussões sobre raça, também estavam presentes nos diversos setores da sociedade, isso porque, a elite branca brasileira através do movimento eugenista tinha como objetivo extinguir a população negra através do branqueamento, pois consideravam que uma “uma nação de raças mistas, como a nossa, era inviável e estava fadada ao fracasso.” (SCHWARCZ, 2001, p. 23, apud DIAS, 2005, p. 51)

Os educadores que tinham compromisso com os ideais da Escola Nova aproveitaram-se desse debate para estabelecer o discurso de escola para todos. De acordo com Bittar; Bittar (2012, p.158) os conflitos ideológicos acirrados no país, desde 1932, estiveram presente também no campo da educação. Estavam em disputa os interesses da Igreja Católica e de setores conservadores, que desejavam manter a monopolização das escolas, o que acontecia desde o período colonial; e os interesses de setores liberais, progressistas e de esquerda, que apoiavam a escola para todas as crianças e adolescentes. O deputado Carlos Lacerda, defensor das ideias conservadoras, afirmava que a educação era um direito da família e, portanto, cabia a ela escolher entre o ensino oficial e privado. Porém, a oposição defendia que a democratização e desenvolvimento da sociedade dependiam da escola pública, pois ali seria um espaço que favoreceria a todos, sem distinção de classes, raças e crenças.

Em 20 de dezembro de 1961, o então presidente João Goulart sanciona a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que tentava conciliar as duas posições ideológicas que se divergiam. Assim, foi decidido no Título I - Dos fins da Educação Art. 1º, alínea g - que a educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: “Alínea g- a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça”.

Os educadores sabiam que a questão de raça era um fator de desigualdade na escola, entretanto, não declararam que a escola era destinada principalmente para o povo negro. A elite brasileira cultivou o mito da democracia racial que escondia o preconceito e propiciava a invisibilidade da população negra.

Petrônio Domingues (2007, 2008) retrata uma análise histórica acerca da importância e influência do Movimento Negro e da Frente Negra Brasileira após o período da escravização. Segundo ele, os movimentos negros lutavam para resolver os problemas de discriminações e preconceitos que os marginalizavam no mercado de trabalho, no sistema político, educacional e cultural.

Com o fim da Era Vargas, foi instaurada a Quarta República Brasileira (1945-1964), e foi denominada por Domingues (2007) como a segunda fase do movimento negro. Nessa época, surgem dois grupos importantes para o Movimento Negro: União dos Homens de cor (UHC) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). O primeiro foi criado em 1943 por João Cabral Alves, em Porto Alegre e tinha como finalidade principal aumentar o nível econômico e intelectual dos homens negros em todo Brasil, a fim torná-los capazes de participar da vida social e administrativa do país. O TEN, idealizado por Abdias de Nascimento no Rio de Janeiro, no primeiro momento foi criado com o objetivo de manter uma campanha teatral apenas com pessoas negras, porém as suas ações se ampliaram e passaram a oferecer aulas de alfabetização, corte e costura, além de publicar o jornal *Quilombo*. Eles defendiam os direitos civis dos negros e lutavam para criar uma legislação antidiscriminatória. Em 1968, quando o líder Abdias de Nascimento se exilou nos Estados Unidos, o grupo foi extinto praticamente. (DOMINGUES, 2007)

Em 1964, o Brasil sofreu um golpe militar que perdurou até 1985. Durante esse período, a LDB passou por duas reformulações. A primeira foi à lei nº 5.540/68 que tratou do Ensino Superior e a lei nº 5.692/71 relacionada ao ensino de primeiro e segundo grau. O governo ditatorial reprimiu e extinguiu diversos movimentos sociais,

estudantis e políticos, conseqüentemente, as discussões públicas sobre raça foram interrompidas.

Em 1978, o movimento negro organizado volta ao cenário político brasileiro com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) que se inspirou nos movimentos de libertação que ocorria nos países africanos de língua portuguesa e a luta pelos direitos civis dos negros estadunidense, liderada por Martin Luther King e Malcon X. Em 1982, o MNU reivindicavam as seguintes questões:

Desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; **luta pela introdução a História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares**, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. (DOMINGUES, 2007, p. 114, **grifo nosso**.)

O movimento negro passou a intervir frequentemente nas discussões educacionais:

Com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura “negra” em detrimento à literatura de base eurocêntrica. (DOMINGUES, 2007, p. 116-117)

Após o período ditatorial, com o retorno da liberdade política, os movimentos negros voltaram a reivindicar que a história do negro fosse introduzida e valorizada nos currículos escolares. Uma história que não começa com o início da escravidão portuguesa como sempre foi pregado nos livros didáticos.

Em 1987, foi constatado que o sistema educacional precisava passar por uma mudança e era necessária a criação de uma nova lei. Dois acontecimentos importantes impulsionaram as discussões raciais no processo da criação da LDB de 1996. O primeiro foi o Centenário da Abolição (1988), que encandeou vários eventos pelo Brasil bem como publicações de pesquisas que apontavam que os negros estavam em condições inferiores comparados aos brancos. Os grandes jornais do país também passaram a denunciar essa situação e novos argumentos foram criados para romper com o mito da democracia racial. O outro acontecimento se deu em

1995, quando o movimento negro empenhou-se em comemorar os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e mais discussões foram feitas sobre a população negra. Algumas universidades produziram um documento **Zumbi, tricentenário da Morte de Zumbi dos Palmares** que apresentava políticas antirracistas com ênfase na educação. Além disso, foi feita uma marcha contra o racismo, pela cidadania e vida. Essa marcha levou 10 mil negros até Brasília para entregar ao então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, um documento reivindicatório. Esse momento também foi muito importante porque o presidente reconheceu oficialmente a existência do racismo no Brasil.

Na nova lei nº 9.394/ 96, a condenação do preconceito de raça é excluída e agora é mencionado no Art. 3, inciso IV o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. O que pode ser considerado um retrocesso comparado à primeira lei sancionada em 1961, uma vez que o Governo não pode legislar atitudes comportamentais, porém pode proibir discriminações a pessoas de culturas diferentes por meios jurídicos. No capítulo II, Da educação básica, Seção I, parágrafo 4, Lê-se que: “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia (sic)”.

Apesar da LDB de 96 prevê que as contribuições das diferentes culturas deveriam ser levadas em considerações na aula, foi necessário criar uma nova lei para reafirmar que a história e culturas dos negros deviam ser valorizadas. Assim, em 2003 foi sancionada a lei nº 10.639 alterando a lei nº 9.394/96, nos seus artigos 26 e 79, pelo então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, bem como a história da África e dos africanos em todos os componentes curriculares, em especial nas áreas de Artes, Literatura e História. Além de incluir a data 20 de novembro como o “Dia da Consciência Negra”.

A implementação da lei 10.639/2003 proporcionou grandes avanços na educação brasileira. Muitas obras com temáticas afro-brasileiras e africanas foram publicadas, os livros didáticos já apresentam a história e a cultura afro-brasileira e em algumas instituições de ensino superior, as discussões raciais já se tornaram obrigatórias no currículo de formação de professores. Desse modo, surge a seguinte questão: O que impede que a lei seja implantada de forma apropriada nas escolas? A resposta é fácil, o racismo estrutural enraizado na sociedade e na escola. A cultura, a

história, a filosofia, a religião, as músicas e tradições africanas e afro-brasileiras ainda são vistas como inferiores perante os costumes e conhecimentos da elite que se autodefine branca.

A escola governa de maneira tão racial de modo a não se perceber que ela atua no interior de uma estética branca; naturaliza-se o governo racial que ela efetua a ponto de ninguém se considerar racista. Escapar desta forma de governo racial não é fácil, pois há uma inclusão de todos na escola, mas de maneira diferenciada. A consciência é insuficiente para escapar deste governo, pois, ninguém, conscientemente, quer ser racista. (ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. da, 2012, p.128)

Recentemente, o conceito de educação foi reformulado e foi reconhecido que a escola, para além de ser um espaço onde ocorre a mediação dos saberes e desenvolvimento dos conhecimentos científicos, também é um espaço que visa formar cidadãos autônomos, críticos e capazes de viver em sociedade. Apesar de a escola ter sido usada para disseminar os valores hegemônicos, entende-se aqui que ela também pode ser utilizada para diminuir o racismo e valorizar a identidade negra. Portanto, para que isso ocorra será necessário que os professores utilizem novos referenciais e viabilizem uma representação positiva sobre os negros, rompendo com a naturalização da desigualdade que lhes foi imposta.

3 LITERATURA E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

3.1 FORMAÇÃO DO LEITOR

A leitura é muito importante no desenvolvimento cognitivo do ser humano, através da leitura o indivíduo desenvolve o seu senso crítico e adquire arcabouços para compreender e questionar o mundo em sua volta. Azevedo (2004), diz que um leitor é aquele que consegue reconhecer e diferenciar os diferentes textos, bem como, sabem utilizá-los para benefício próprio. Entretanto, é necessário destacar que saber ler não é sinônimo de ser leitor, isto porque, a leitura está além da decodificação dos signos linguísticos, ler é atribuir sentido, questionar e interpretar as palavras a partir do seu conhecimento de mundo.

Ler, segundo Freire, não é caminhar sobre as letras, mas interpretar o mundo e poder lançar sua palavra sobre ele, interferir no mundo pela ação. Ler é tomar consciência. A leitura é antes de tudo uma interpretação do mundo em que se vive. Mas não só ler. É também representá-lo pela linguagem escrita. Falar sobre ele, interpretá-lo, escrevê-lo. Ler e escrever, dentro desta perspectiva, é também libertar-se. Leitura e escrita como prática de liberdade (ALMEIDA, 2009, p. 26).

Sabendo que a leitura é uma prática importante na formação do cidadão, esta seção propõe-se a discutir sobre o processo de formação de leitores literários, isso porque, partimos da premissa que o texto literário é o ideal e tem grande importância no processo de formação de leitores, pois a literatura, diferente dos livros didáticos, é prazerosa, permite múltiplas interpretações, experiências e é um instrumento para tornar o mundo mais compreensível.

A experiência literária não só nos permite saber da vida por meio da experiência do outro, como também vivenciar essa experiência. Ou seja, a ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor. (COSSON, 2018, p. 17)

Isso posto, é preciso afirmar que o primeiro passo para formar leitores é permitir o acesso a livros. No Brasil, nem toda família tem acesso à educação e, conseqüentemente, não tem acesso a livros e a oportunidade de tornarem-se leitores. Nesse sentido, sabe-se que é somente na escola que muitas crianças brasileiras terão contato com livros, uma vez que, uma das principais funções da escola é desenvolver

o hábito de leitura e escrita. Portanto, cabe à escola proporcionar uma biblioteca adequada, permitindo que esses estudantes tenham contato com diferentes livros.

A leitura provoca uma interação entre o texto e aquele que lê, nesse sentido, para que ocorra a formação de leitores, é preciso que se estabeleça uma relação baseada no prazer, na identificação e na interpretação autônoma. Rildo Cosson diz que:

Ler implica troca de sentido não só entre o escritor e o leitor, mas também com a sociedade onde ambos estão localizados, pois os sentidos são resultados de compartilhamentos de visões do mundo entre os homens no tempo e no espaço. (COSSON, 2018, p.27)

A leitura aqui é entendida também como uma prática social, na qual, segundo Cosson (2018), só fará sentido no momento em que se efetivar a ligação entre o mundo daquele que lê e o mundo do outro. A leitura é um processo que acontece gradualmente e a escola, bem como os professores, possuem o dever de criar situações e metodologias para que os estudantes desenvolvam o hábito da leitura, tenham liberdade em encontrar os diferentes sentidos dos textos e assim, a função da literatura de “construir e reconstruir a palavra que nos humaniza” (2018, p. 23) será cumprida. Mas, antes de tudo, é imprescindível que esses professores formem-se também leitores, pois somente quem gosta de ler, saberá o quão importante é formar novos leitores.

3.2 A LITERATURA COMO DIREITO E A SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

A fabulação é algo que sempre esteve presente em todas as civilizações, mesmo antes do surgimento da escrita. Isso se dá pelo fato de haver uma tradição oral de contação de histórias e a necessidade, em todo grupo humano, de produzir e consumir fabulação, exercitar a imaginação. Partindo desse princípio, o sociólogo e crítico literário brasileiro, Antonio Candido (2004), em seu ensaio **O Direito à Literatura**, defende que a literatura é um bem incompressível, ou seja, é um direito básico do ser humano, assim como a moradia, a escola, a segurança, a saúde e a alimentação, pois a leitura de obras literárias é:

uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a

personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo **ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto nos humaniza**. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (CANDIDO, 2004, p.186, **grifo nosso**).

Na sociedade brasileira, infelizmente, uma pequena parcela privilegiada da população possui acesso a uma casa, alimentação e educação de qualidade, diante dessa situação, se os direitos básicos não são assegurados a todos os seres humanos, porque a literatura seria digna de ser considerada um bem incompressível? Como bem nos diz Candido (2004, p. 175), a literatura atua no consciente e subconsciente, traz um equilíbrio social, e portanto, nos humaniza. Para ele, ninguém consegue ficar às 24 horas do dia sem “mergulhar no universo da ficção e da poesia”. A literatura nos permite ser múltiplos e viver múltiplas experiências, “nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos” (COSSON, 2018, p.17). Portanto, é indispensável na formação do ser humano.

A literatura é um elemento configurador na construção identitária da criança, pois possui o papel de educar, estimular o senso crítico e passar um determinado ponto de vista. A identidade da criança negra irá se constituir na interação e a partir dos referenciais que lhes são apresentados. No Brasil, o protagonismo dos textos literários sempre foi dado a personagens brancos e com características predominantes europeias. Gouvêa (2005), ao fazer uma análise sobre a imagem do negro na literatura infantil, apresenta que até 1920 a presença dos negros nas narrativas eram quase ausentes e que quando apareciam eram apenas referenciados racialmente, sem voz ou caracterização, pois a sua figura foi cristalizada como símbolo do atraso, fugindo da imagem de um país “civilizado” a qual o Brasil queria criar. Ainda segundo a autora, foi a partir da década de 30 que os personagens negros começaram a fazer parte das narrativas. Entretanto, a imagem desses personagens foi construída, em sua maioria, sob uma visão racista, como por exemplo, nas obras de Monteiro Lobato, a personagem Tia Anastácia, que é construída como uma mulher atrapalhada, sem inteligência e sem opinião.

Para entender a tessitura dos personagens negros na literatura infanto juvenil brasileira, a pesquisadora Maria Anória de Jesus Oliveira (2018) analisou doze livros com protagonistas negros publicados entre 1979 a 1989 e constatou que:

1) os protagonistas são, em grande maioria pobres [...]; 2) os protagonistas brancos, mesmos pobres, são colocados em condições superiores aos

negros [...]; 3) as mulheres, as mães dos protagonistas, desempenham atividades profissionais de domésticas. Isso, nos seus lares ou nos alheios [...]; 4) as mulheres brancas, sejam elas as antagonistas, secundárias ou figurantes, são caracterizadas em funções ou ações intelectuais e/ou profissionais superiores às negras; 5) alguns personagens negros são imersos em um universo de doença, subsistência, fome, morte, perseguição, solidão, rejeição, inferiorização mas, também, de coragem, luta, integridade, criatividade, esperança, perseverança e resistência; 6) os personagens brancos simbolizam a superiorização, proteção, perseguição, bondade, maldade, instrução e poder. (OLIVEIRA, 2018, p. 8)

As obras, apesar de trazerem personagens negros, reforçam uma imagem negativa que foi imposta aos negros desde os tempos da colonização, os coloca em uma posição inferior, subalterna e muitas vezes, animalizada. A partir dessas referências apresentadas na literatura, a criança negra cresce com uma ideia negativa de si e passa a desejar atingir o Ideal de Ego branco. A criança branca, por sua vez, adquire um ar de superioridade e passa a praticar o racismo. Diante dessa situação, é preciso que as crianças tenham acesso a narrativas que rompam com esses estereótipos e que valorizam a identidade e a cultura negra. Esse papel é assumido pela literatura afro-brasileira.

Apesar de muitos pesquisadores e críticos literários negarem a literatura afro-brasileira, o pesquisador Eduardo de Assis Duarte (2008) defende a sua existência e, para tal, apresenta cinco elementos que a caracterizam e que a diferenciam das literaturas nacionais. São elas: A **temática**, isso é, o negro é a essência da narrativa; **Autoria** oriunda de um autor que se identifique como afrodescendente; O **ponto de vista**, isto é, o que se lê e o que se percebe no texto deve estar sob uma visão de mundo pertencente à população negra; **Linguagem** - as narrativas possuem um discurso que “ressalta ritmos, entonações, opções vocabulares e, mesmo, toda uma semântica própria, empenhada muitas vezes num trabalho de ressignificação que contraria sentidos hegemônicos na língua” (DUARTE, 2008, p. 18); e, por fim, o **público**, ou seja, essa literatura deve ser escrita na intenção do leitor afrodescendente que colabore com a construção da sua autoestima. Todos esses elementos, em conjunto, proporcionam a literatura afro-brasileira. A escritora Conceição Evaristo (2009) diz que essa literatura parte da vivência de sujeitos negros. Portanto:

pode-se dizer que um sentimento positivo de etnicidade atravessa a textualidade afro-brasileira. Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentados a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os

afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira. Esses processos de construção de personagens e enredos destoam dos modos estereotipados ou da invisibilidade com que negros e mestiços são tratados pela literatura brasileira, em geral. (EVARISTO, 2009, p. 20)

Por apresentar narrativas que rompem com a perspectiva etnocêntrica³ europeia e que trazem uma representatividade positiva dos negros, das suas características físicas, subjetividades, tradições religiosas e cultura, entende-se aqui que a literatura afro-brasileira é um direito e um recurso que pode colaborar na construção da identidade negra e da sua autoestima. É o que faz o livro de contos **Leite do Peito (2001)**, da escritora negra Geni Guimarães, que resgata memórias da sua infância até a fase adulta e do seu processo de construção de identidade. Na obra, a personagem Geni vive na zona rural com sua família, cercada de amor, carinho e solidariedade. Logo no primeiro conto, é apresentada a relação terna existente entre mãe e filha, Sebastiana e Geni.

Minha mãe sentava-se numa cadeira, tirava o avental e eu ia, colocava-me entre suas pernas, enfiava as mãos no decote do seu vestido, arrancava dele os seios e mamava em pé. [...]
 – Mãe, a senhora gosta de mim?
 – Ué, claro que eu gosto, filha.
 – Que tamanho? - perguntava eu.
 Ela, então, soltava minha cabeça, estendia os braços e respondia, sorrindo:
 – Assim.
 Eu voltava ao peito, fechava os olhos e mamava feliz.
 Era o tanto certo do amor que precisava, porque eu nunca podia imaginar um amor além da extensão dos seus braços. (GUIMARÃES, 2001, p.15)

Da mesma forma, a relação entre Geni e o pai apresenta-se de forma afetuosa, ele é representado como uma pessoa feliz, bondosa e atenciosa. No fragmento abaixo podemos perceber a exaltação ao seu pai:

– Pai, que cor será que é Deus...
 – Ué... Branco - afirmou.
 – Mas acho que ninguém viu ele mesmo, em carne e osso. Será que não é preto...
 – Filha do céu, pensa no que fala. Está escrito na **Sagrada Escritura**. A gente não pode ficar blasfemando assim.
 – Mas a **Sagrada Escritura**...
 Ele olhou-me reprovando o diálogo, e porque não podia ir mais longe, acrescentei apenas:
 – É que se ele fosse preto, quando ele morresse, o senhor podia ficar no lugar dele. O Senhor é tão bom.
 Em toda a minha vida, nunca havia visto meu pai rir tanto. Riu um riso aberto, amplo, barulhento. Assim foi rindo até chegar em casa [...].

³ Que considera outras sociedades ou povos como inferiores ao seu próprio grupo étnico.

(GUIMARÃES, 2001, p. 71-72, **grifo da autora.**)

As questões raciais, como o trecho mostrado acima sobre o questionamento da cor de um Ser divino, também aparecem na história. O conto **A metamorfose** traz um exemplo claro de como uma representação negativa do negro pode prejudicar violentamente a identidade de uma criança negra. A história inicia na sala de aula, no mês de maio, no qual é “comemorada” a abolição da escravatura⁴ e onde será feita uma festa em homenagem “à princesa Isabel, que libertou os escravos”. Assim, a professora inicia um discurso de exaltação da história do branco em detrimento a história dos negros, como se pode observar no fragmento abaixo:

Já no momento em que entramos na classe, ela se pôs a falar sobre a data:
 – Hoje, comemoramos a libertação dos escravos. Escravos que vinham da África. Aqui eram forçados a trabalhar e, pelos serviços prestados, nada recebiam. Eram amarrados nos troncos e espancados, às vezes até a morte. Quando...
 E foi discursando, por uns quinze minutos. Vi que a narrativa da professora não batia com a que nos fizera a Vó Rosária. Aqueles escravos eram bons, simples, humanos e religiosos.
 Esses apresentados eram bobos, covardes, imbecis. Não reagiam aos castigos, não se defendiam, ao menos. (GUIMARÃES, 2001, p. 62).

Ao perceber o confronto de narrativas, o da professora e o da Vó Rosária, a pequena Geni, única negra da classe, sente que a sua raça é “digna de compaixão e desprezo”. Isso tocou a sua emocionalidade de tal forma que a levou a rejeitar sua própria aparência. Assim, em situação de desespero, Geni acaba violando o seu próprio corpo. Vejamos o fragmento a seguir:

Até então, as mulheres da zona rural não conheciam “as mil e uma utilidades do bombril” e, para fazerem brilhar os alumínio, elas trituravam tijolos e com o pó faziam a limpeza dos utensílios. A ideia me surgiu quando minha mãe pegou um preparado e com ele se pôs a tirar da panela o carvão grudado no fundo.
 [...] Eu juntei o pó restante e, com ele, esfreguei a barriga da perna. Esfreguei, esfreguei, e vi que, diante de tanta dor, era impossível tirar todo negror da pele.
 Daí, então, passei o dedo sobre o sangue vermelho, grosso, quente, e com ele comecei a escrever pornografias no muro do tanque d’água. (GUIMARÃES, 2001, p. 65-66)

Foi nesse momento de violência, ao perceber que não poderia extinguir “o

⁴ Apesar de a data ser vista de forma romantizada, é necessário deixar claro que o dia 13 de maio não deve ser uma data de comemoração, mas um dia de protesto da população negra que lutou e continua lutando contra as desigualdades sociais.

negror da pele”, que Geni tomou consciência do seu pertencimento racial e buscou vencer o preconceito, através da realização do seu sonho e o do pai, que foi tornar-se professora. A obra de Geni Guimarães é uma experiência ficcionalizada que não se limita apenas em trazer à tona episódios de racismo, mas acrescenta a isso, a memória de uma família negra feliz e verossímil, que deposita na educação da nova geração, a esperança de superar as suas dificuldades.

Hoje há uma vasta oferta de literatura infantil e infanto-juvenil afro-brasileira que podem e devem ser abordadas em sala de aula, como por exemplo, **Na rota dos tubarões**, de Joel Rufino que discute o impacto do colonialismo, a invisibilidade no negro e o mito da democracia racial; **O racismo explicado aos meus filhos**, de Nei Lopes, que explica o racismo e discriminações desde antiguidade; **Os nove pentes d'África**, de Cidinha da Silva, para trabalhar com a ancestralidade. Esse livro é narrado a partir da história de uma família negra brasileira, na qual tem um avô escultor e contador de histórias que deixa para cada um de seus netos um pente de madeira com um significado diferente. Narrativas como essas, fazem-se necessárias em sala de aula, pois possibilitam uma identificação entre aquele que lê e o texto literário, além de permitir que os jovens leitores sintam-se orgulhosos de serem quem são e da sua história.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos e reflexões levantados nesta pesquisa, entende-se que no Brasil, historicamente, foi retirada a identidade da população negra. Eles foram considerados inferiores e relegados a viver a margem da sociedade, na qual o Ideal de beleza, conhecimento e cultura valorizada é a branca e eurocêntrica. Nesse sentido, o negro, para se sentir aceito na sociedade, buscou construir a sua identidade pautada no Ideal de Ego branco. Por muito tempo, essas pessoas foram impossibilitadas de ter acesso à escola. As leis educacionais não os contemplavam ou não davam a devida importância às questões raciais. Entretanto, graças às lutas incessantes do Movimento Negro, foi aprovada a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira na escola, reconhecendo a importância dos negros na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, entende-se aqui também que a escola é um lugar privilegiado para a formação da identidade negra, visto que é na escola que as crianças negras terão contato com pessoas totalmente diferentes de si e serão apresentados a referenciais positivos ou negativos sobre a sua cultura e história. A partir dos estudos de Edith Cavalleiro (2007), foi possível perceber que a escola ainda hoje governa sob um viés branco e racista, pois muitas vezes, as questões raciais são silenciadas ou racializadas em sala de aula. Portanto, é necessário que as escolas e professores adotem uma postura contra hegemônica para que o racismo não seja perpetuado e cumpram com a lei 10.639/03, utilizando os instrumentos dados por ela para afirmar a identidade negra e romper com os preconceitos raciais.

Nesse quesito, conclui-se que a literatura afro-brasileira é também um direito das crianças negras e um instrumento que contribui no processo de reeducação da população brasileira no sentido da superação do racismo estrutural e na (re) construção da identidade negra, pois ela parte da experiência dos negros e rompe com as imagens depreciativas, animalizadas e marginalizadas que são imputados. Assim, devem ser apresentados aos estudantes não só literaturas que denunciam o racismo, mas narrativas que coloquem os negros como agentes de sua própria

história, que lutam, sentem dores, tem família, conhecimento, cultura e sonhos. Isso contribuirá positivamente para a autoestima da criança negra e, mais do que isso, contribuirá para que essa criança se perceba com ser humano.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A; RODRIGUES, T. C.; CRUZ, A. C. J. Da. “As creches e a iniciação” e as relações étnico-raciais. In: Caroline Machado Momm; Alexandre Fernandez Vaz. (Org.). **Educação infantil e sociedade: questões contemporâneas**. 1 ed. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012, v. 1, p. 121-135.
- ALMEIDA, Fernando José de. **Folha Explica Paulo Freire**. São Paulo: Editora Publifolha, 2009.
- AZEVEDO, Ricardo. Formação de Leitores e razões para a literatura. In: SOUZA, Renata Junqueira de (org.) **Caminhos para a formação do leitor**. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2004.
- BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 02, p. 157-168, jul./dez. 2012.;
- BRAZ, Júlio Emílio. **O grande dilema de um pequeno Jesus**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 2004.
- CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação infantil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- COSSON, Rildo. Letramento Literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2018.
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a escolarização dos negros. In: Romão Jeruse (org). **História da Educação dos negros e outras Histórias**. Brasília, MEC/SECAD, 2005.
- DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003. In: ROMÃO, J. (Org.). **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília/ DF: Ministério da Educação, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói/RJ, n.23, 2007.
- DOMINGUES, Petrônio. Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2008, vol.13, n.39, pp.517-534. ISSN 1809-449X.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura afro-brasileira: um conceito em construção. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, p. 11-23.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

FILHO, Nascimento Morais (Org.). **Maria Firmina**: fragmentos de uma vida. São Luís: Comissão organizadora das comemorações do sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. **Aletria**: Revista de Estudos de Literatura, [s.l.], v. 9, p.38-47, 31 dez. 2002.

GUIMARÃES, Geni. **Leite do Peito**: contos. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2001. 3ª ed.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros.html>. Acesso em: 12 maio. 2020.

LOPES, Nei. **O Racismo explicado aos Meus Filhos**. São Paulo: Agir, 2007.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **A tessitura dos personagens negros na Literatura Infantojuvenil Brasileira**. Minas Gerais: Literafro, 2018. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-criticos/120-maria-anoria-de-jesus-oliveira-a-tessitura-dos-personagens-negros-na-literatura-infantojuvenil-brasileira>. Acesso em: 17 mar. de 2021.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Na rota dos tubarões**. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

SCWARZCZ, Lília k. Moritz. **Dando nome às diferenças**. São Paulo: Humanitas, 2001.

SILVA, Cidinha da. **Os nove pentes d'África**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

SILVA, Vera Lúcia Neri da. **Os Estereótipos Racistas nas Falas de Educadoras Infantis**: suas implicações no cotidiano educacional da criança negra. 2002. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, Neusa Santos. **Torna-se negro**: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.